



Mário Abrantes

## O que os tempos aconselham...

A ausência da representação parlamentar da CDU e a sua troca, em 2020, (com uma desvantagem de pouco mais de 100 votos) por um deputado acrescentado às direitas no Parlamento dos Açores impediu a constituição de um governo PS sem maioria absoluta e com um suporte parlamentar mais à esquerda (CDU e BE), permitindo que as 5 direitas nos Açores (PSD, CDS-PP, PPM, IL e Chega) formassem uma maioria de deputados que governou a Região durante quase um mandato (4 anos). A solidez deste mandato só vacilou no seu quarto e último ano, pelo afastamento oportunista do IL e do Chega, receosos que a má governação, que ajudaram a concretizar, os pudesse vir a prejudicar eleitoralmente.

De facto, e malgrado o “novo paradigma de governação” tantas vezes proclamado por Bolieiro, a governação das direitas durante quase 4 anos, com exceção da candente medida (sempre rejeitada pelo PS) das passagens aéreas inter-ilhas a 60 euros, em tudo o resto tornou a vida dos açorianos bem mais complicada ainda do que já era antes com a maioria absoluta do PS.

A pobreza, e o risco da mesma, cresceram ainda mais e voltámos a ser, entre todas, a região portuguesa mais pobre e uma das mais pobres da União Europeia (mais de um em cada quatro açorianos, segundo o INE, enfrentou em 2023 o risco de pobreza).

As desigualdades sociais, que antes o PS nunca se empenhou resolutamente em diminuir, acentuaram-se ainda mais, com o salário médio nos Açores a manter-se inferior em 10% ao salário médio nacional. O mercado de trabalho regional continua a assentar essencialmente num flagelo ainda não revertido, isto é, em trabalho precário e mal pago, além da pesca, especialmente na hotelaria, turismo e

construção, e num modelo generalizado de baixos salários, pelo que ter um emprego deixou de ser suficiente para afastar a pobreza, tornando-se urgente aumentar de 5% para 10% o acréscimo regional ao salário mínimo nacional. Como todos sentem, esta situação está, aliás, a agravar-se significativamente com os aumentos inflacionários dos bens e serviços essenciais, ainda mais acentuados nos Açores devido aos transportes.

O investimento público continuou muito abaixo do necessário em particular na saúde, tanto no serviço público de direito universal como no investimento em cuidados paliativos e continuados para os mais idosos, na educação e cultura, na habitação, nos transportes aéreos (a Sata Internacional não deve ser privatizada), marítimos e terrestres, ou na rede pública de creches (tão badalada, mas tão longe de estar concretizada).

Mesmo com um muito fraco investimento público, a dívida pública aumentou desmesuradamente e, tal como as desigualdades sociais, os desequilíbrios de desenvolvimento inter-ilhas aumentaram em proporção ainda maior.

A iliteracia e o abandono escolar precoce também cresceram e o combate ao alcoolismo, à violência doméstica e às toxicodependências marcaram passo, sem data para arrancar de forma eficaz.

Este quadro, infelizmente muito negativo, que dura desde as maiorias absolutas do PS e se acentuou de forma evidente com a governação dos 5 partidos das direitas indica, sem sombra de dúvida, que em 4 de fevereiro o tempo não é de retornar às maiorias absolutas do PS nem tão pouco às maiorias dos 5 partidos das direitas. É tempo, sim, da CDU voltar a ter representação no Parlamento dos Açores...



Teresa Nóbrega\*

## Basta de lavar roupa suja

Este ano de 2024 arranca nos Açores com a campanha eleitoral para as eleições regionais, o primeiro de três actos eleitorais que marcam o calendário político de 2024. Apenas um desses três actos eleitorais, o da Assembleia da República, não estava previsto realizar-se este ano. As regionais açorianas e as europeias teriam de se realizar em 2024, pois termina o mandato dos respectivos parlamentos. A única diferença relativamente ao calendário previsto tem a ver com as eleições para o parlamento dos Açores, cujo mandato terminaria em Outubro e que são antecipadas em oito meses.

Esta alteração de calendário, que tanta celeuma está a provocar, traz no futuro vantagens evidentes. O calendário eleitoral regional passa de Outubro para Fevereiro, com claros benefícios para a Região. Não mais Orçamentos fora do tempo em ano de eleições até que o novo Governo prepare o Orçamento, com governação durante vários meses por duodécimos, com todos os entraves e consequências daí resultantes, sobressaindo nos constrangimentos a tardia actualização de salários e reformas. As eleições em Fevereiro passam a realizar-se sempre com Orçamento já aprovado nos últimos meses do ano anterior. Sem prejuízo de poder vir a ser alterado por um novo Governo eleito. Como irá acontecer agora na República.

Mas, afinal, qual a razão de tanta raiva da Coligação no Governo pela antecipação, de apenas alguns meses, das eleições regionais? Será que tinham programado para os próximos oito meses uma “governação especial”, recheada de inaugurações, lançamentos de primeira pedra e distribuição de subsídios?

Em lado nenhum a antecipação de eleições por alguns meses é tratada com tanta contrariedade e dramatismo pelos partidos no poder.

O que aconteceu nos Açores com o Orçamento Regional para 2024 foi exatamente o que aconteceu na República com o 2.º governo de António Costa. Viu “chumbado” em Outubro de 2021 o Orçamento de Estado para 2022

pelo voto contra dos partidos à sua esquerda, que já tinham abandonado o acordo de incidência parlamentar que os tinha ligado ao governo do Partido Socialista, a chamada Geringonça de esquerda. Aqui aconteceu o mesmo com a geringonça de direita. Em ambos os casos houve eleições antecipadas

Mas a nível nacional houve bom senso, sentido do ridículo e o respeito que merece a inteligência do povo português. Ninguém enveredou pelo absurdo de acusar o PSD de ter manipulado o PCP e o BE, juntando esses partidos de extrema esquerda e o PSD numa “coligação negativa”. Também é verdade que tão disparatado e ilógico conceito ainda não tinha sido inventado. Surgiu recentemente, fruto do pensamento político de José Manuel Bolieiro.

Conceito rapidamente absorvido pelo presidente nacional do PSD, que na sua visita partidária aos Açores o repetiu até à exaustão, sem ter a noção do ridículo, demonstrando ter em pouca conta a inteligência do povo açoriano. Que o faça Bolieiro, é lá com ele. Mas que venha alguém de fora fazê-lo ...

Para que houvesse uma coligação da oposição seria necessário que após o “chumbo” do Orçamento os partidos que o rejeitaram se apresentassem ao Presidente da República com um acordo para governar firmado entre esses partidos. E nesse caso já nem haveria eleições. Seria, no entanto, uma coligação “anti-natura” que não lembra a ninguém.

Da campanha eleitoral os açorianos esperam da parte dos candidatos esclarecimento sobre as propostas para a governação dos Açores, sem esquecer a questão da centralidade e o cabo submarino, sempre ausente da discussão pública. Tempo perdido foi a pré-campanha, que primou por constantes acusações da oposição à governação, e da coligação no poder a uma permanente revivência histórica negativista dos tempos em que a oposição governou. Basta de lavar roupa suja.